

CURRÍCULO

A) Identificação pessoal e profissional:

João de Freitas Raposo

Domicílio profissional: Rua Garrett, n.º 19 – 4.º D, 1200-203 Lisboa

E-mail pessoal: joaofraposo@outlook.pt

E-mail profissional: jr@joaoraposo.pt

Tel. 351 213 219 580

Telemóvel: 91 109 5569

B) Educação e experiência universitária:

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (1975)

Pós-graduado em Direito Público (1982), com equivalência ao Mestrado, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1975 a 1985

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de 1991 a 1997.

Professor convidado do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna desde 1983

Antigo colaborador do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Antigo docente do Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

C) Experiência profissional:

Advogado desde 1979

Advogado especialista em Direito Administrativo desde 2004

Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros de 1992 a 2016.

D) Publicações:

As Ações Relativas a Normas Administrativas, in Justiça Administrativa – Estudos em Homenagem ao Doutor Vieira de Andrade, Coimbra, 2023, Vol. III, pp. 191-211;

Algumas reflexões práticas acerca da fundamentação e da audiência prévia em concursos de pessoal docente universitário, in Revista de Direito Administrativo, n.º 17, maio-agosto de 2023;

A inspeção na prevenção da corrupção, in Revista de Direito Administrativo, n.º 15, setembro-dezembro de 2022;

As medidas de polícia, in Direito Administrativo de Necessidade e Exceção, Lisboa, 2020, pp. 773-795;

(Algumas) Breves Notas acerca da Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.ª (Gov), in Iniciativas Legislativas de Reforma do Processo Administrativo e Tributário, FDUL, março 2019, pp. 84-96;

A Fiscalização e a Inspeção, in Organização Administrativa: Novos Atores, Novos Modelos, FDL, 2018, pp. 675-694;

Algumas Considerações Acerca do Objeto do Direito Policial, in Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira, Coimbra 2017, pp. 973-987;

Contencioso contraordenacional e revisão do ETAF, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 113, setembro/outubro 2015;

Verbetes Medidas de polícia, Guarda Nacional Republicana, Polícia e Polícia de Segurança Pública, in Enciclopédia de Direito e Segurança, Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (coord.), Coimbra, 2015;

O novo contencioso urgente dos procedimentos em massa, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 106, julho/agosto 2014;

Verbete *Polícia*, *in Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (coord.), Lisboa, 2013;

Algumas brevíssimas notas acerca do regulamento administrativo no projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo, *in Revista Direito e Política*, n.º 4, julho/setembro 2013;

Revisitando a Tramitação da Acção Administrativa Especial, *in Temas e Problemas de Processo Administrativo (ebook)*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, 2010;

Breves considerações acerca do regime jurídico das ordens policiais, *in Em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, Coimbra, 2010;

A reforma da justiça administrativa: os meios principais. Uma justiça de qualidade, célere e económica?, *in Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 76, julho/agosto 2009;

A intervenção do tribunal judicial na arbitragem: nomeação de árbitros e produção de prova, *in I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa*, Lisboa, 2008;

O Regime Jurídico das Medidas de Polícia, *in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano*, Lisboa, 2006;

Novas fronteiras de responsabilidade civil extracontratual da Administração, *in Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 58, Julho/Agosto 2006, pp. 67-73;

Direito Policial I, Lisboa, 2006;

Autoridade e Discricionariedade: a conciliação impossível?, *in Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco*, Lisboa, 2006;

Os pressupostos processuais no novel Código de Processo nos Tribunais Administrativos, *in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*, Coimbra, 2004;

- A tramitação da acção administrativa especial, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 39, Maio/Junho 2003;*
- A propósito da remessa postal da petição de recurso contencioso – Anotação ao Acórdão do STA de 4.12.2002, P. 1232/02, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 38, Março/Abril 2003;*
- A Nova Justiça Administrativa (colectânea de legislação), João Caupers e João Raposo, Lisboa, 2002;*
- Verbete Polícia de Segurança Pública, in Dicionário Jurídico da Administração Pública, 2.º Suplemento, Lisboa, 2001, pp. 435 a 443;*
- Verbete Guarda Nacional Republicana, in Dicionário Jurídico da Administração Pública, 1.º Suplemento, Lisboa, 1998, pp. 119 a 124;*
- Da aplicação da eficácia interruptiva do n.º 2 do artigo 31.º da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos à impugnação administrativa necessária – Anotação ao Acórdão do STA de 16.01.1997, P. 37.817, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 5, Set./Out. 97;*
- Contencioso Administrativo Anotado e Comentado, João Caupers e João Raposo, Lisboa, 1994;*
- O Regulamento Administrativo, in O Código do Procedimento Administrativo, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 1992;*
- Código do Procedimento Administrativo Anotado Diogo Freitas do Amaral, João Caupers, João Martins Claro, João Raposo, Pedro Siza Vieira e Vasco Pereira da Silva, Coimbra, 6.ª ed., 2007;*
- Caixas Agrícolas, Pessoas Colectivas de Utilidade Pública? (Parecer), Diogo Freitas do Amaral e João Raposo, in Revista do Notariado, 1992-1 (Janeiro-Abril), Ano XII – n.º 43;*
- Sobre o contencioso dos regulamentos administrativos, in Revista de Direito Público, ano IV, n.º 7, 1990;*

As condições de admissão das queixas individuais no sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, in Estado e Direito, n.º 2, 1988;

Administração Pública: na hora da mudança – Nota breve sobre um conjunto de medidas governamentais, in Estado e Direito, n.º 1, 1987;

Da revogação dos actos administrativos, in Contencioso Administrativo, vários, Braga, 1986;

Compte-rendu de l'ouvrage "Algumas reflexões sobre a nacionalidade das sociedades em Direito Internacional Privado e em Direito Internacional Público", de António Marques dos Santos, in Revue des Sociétés, ano 103.º, n.º 4, Out./Dez./85.

Lisboa, fevereiro de 2024